

2 Empreendedorismo social e Design

“Dê um peixe a um homem e o alimentará por um dia. Ensine-o a pescar e o alimentará por toda a vida” (Lao Tzu, 400 a.C). Essa antiga sabedoria nos mostra, hoje mais do que nunca, a luz no fim do túnel no qual fomos aprisionados por uma errônea ideia de conforto e de crescimento econômico (MANZINI, 2008, p.52).

Neste capítulo, a partir de um levantamento bibliográfico, farei uma localização do contexto mais abrangente da pesquisa sobre o empreendedorismo social e sua relação com o design. Meu objetivo, ao estabelecer essa relação, é traçar possíveis caminhos para alguns problemas da atualidade e investigar qual o papel do designer na resolução desses problemas.

Empreendedorismo social é um termo novo, mas sua essência já existe há muito tempo. Significa a busca incessante da humanidade por soluções para seus problemas, como a fome, a concentração de riqueza, a má distribuição de renda, a exclusão social, os índices altíssimos de mortalidade infantil nos países em desenvolvimento e o esgotamento dos recursos naturais.

O empreendedorismo social difere do empreendedorismo tradicional por direcionar seu foco principal não ao mercado, mas aos segmentos populacionais em situação de risco social, como exclusão social e pobreza, tendo como fins a solidariedade, a sustentabilidade, a democracia e a igualdade social.

Um modelo de empreendedorismo social se baseia em um novo jeito de pensar a comunidade, visando à igualdade social, cultural, econômica e ambiental sob os princípios da sustentabilidade.

Melo Neto e Fróes (2002) definem o empreendedorismo social como um processo pelo qual comunidades e seus membros identificam ideias e oportunidades econômicas e sociais, desenvolvendo-as e transformando-as em empreendimentos autossustentáveis.

Contexto histórico

Para entender melhor o surgimento do conceito de empreendedorismo social, é importante proceder a uma breve localização histórica. Início com uma contextualização do processo de Revolução Industrial que gerou mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais. Sem me deter profundamente no assunto, farei essa introdução necessária. Uma de suas consequências, com a mudança no sistema produtivo (substituição de uma produção artesanal para uma produção mecanizada), foi o aumento das desigualdades sociais, principalmente nas áreas urbanas e ainda a massificação da cultura.

Ironicamente, foi nesse período que se fortaleceu a ideia de bem-estar amplamente difundida no Ocidente, diretamente ligada ao consumo insustentável dos recursos ambientais. Consumo de produtos a preços acessíveis que podem reduzir o esforço, aumentar o tempo livre, aumentar as oportunidades de escolha, fazendo o sujeito acreditar em uma libertação individual. Segundo Thackara (2008, p.13),

[...] no decorrer da era moderna, subordinamos os interesses das pessoas aos da tecnologia, uma abordagem que levou à destruição impensada de culturas tradicionais e à destruição de formas de vida que julgávamos no passado, retrógradas. As vítimas dessa abordagem à modernização não foram apenas povos desafortunados das florestas tropicais. “Fazer com que as pessoas se adaptem” à nova tecnologia nos afetou a todos. Acreditávamos que a linha de montagem e a padronização fariam do mundo um lugar melhor, mas, junto com a eficiência, veio uma desumanização do trabalho.

Sobre as esferas política e econômica, o mais importante é entendermos que na sociedade ocidental elas são regidas pelo mercado e pelo lucro, resultado do sistema capitalista e do modelo de desenvolvimento diretamente ligado ao sistema econômico. Esse é o pano de fundo para explicar melhor o que mais interessa a esta pesquisa: as esferas social e cultural.

A sociedade e o sujeito moderno vêm sofrendo grandes transformações desde a Revolução Industrial. Antes, a produção de objetos era executada pelos artesãos, que tinham em suas mãos o processo completo da manufatura. Com a mecanização, há uma fragmentação e uma divisão das tarefas. O homem então começa a se desligar do processo total da produção.

Para embasar esta análise, também não é possível deixar de mencionar o processo de globalização e suas consequências.

O tempo do relógio mecânico passou a ser acompanhado do “tempo real” possibilitado pela internet. Isso aumentou ainda mais a pressão. Empresas multinacionais querem que todos os elementos de suas operações sejam interconectados: fábricas, empregados, fornecedores, clientes, pontos-de-venda, produtos. Eles estão utilizando a internet para criar sistemas nervosos digitais que possibilitem isso (THAKARA, 2008, p.61).

Como explica Thackara (2008), a internet, maior responsável pela aceleração do processo de globalização, possibilitou a formação das cadeias produtivas globais. Essa globalização e o “capitalismo multinacional” (Jameson 1997) trouxeram uma hiperaceleração da alienação humana. Hoje não existe apenas uma divisão do trabalho dentro de um espaço físico denominado fábrica. Agora essa divisão do trabalho é mundial. Cada fábrica em algum lugar do mundo é responsável por uma etapa da produção. Outro desafio que a globalização traz ainda para as comunidades atuais é viver com o resultado da comercialização de seus produtos dentro do mercado consumidor globalizado.

A principal consequência da globalização que será abordada aqui é a crise do trabalho tradicional. Jameson (1997) analisa que a nova divisão global do trabalho foi gerada pelas novas formas de organização e de produção econômica. Essa divisão do trabalho vem acompanhada ainda da divisão de mecanismos de transações bancárias internacionais e das bolsas de valores, de uma nova configuração de produção mundial com uma maior concentração da produção em países do terceiro mundo, ao lado das consequências sociais mais conhecidas, como a crise do trabalho tradicional.

Ilustrando essa crise do trabalho tradicional, Canclini (2008, p.356) afirma:

[...] a reestruturação é, em parte, uma atualização do mercado. Uma atualização do preceito bíblico segundo o qual são muitos os chamados e poucos os escolhidos. Os jovens que entram no mercado de trabalho são avisados de que têm que deixar sua vida passada, as escolhas errôneas de seus pais e dedicar-se a outra coisa. As velhas profissões, ao massificar-se, já não servem para garantir o futuro dos indivíduos.

O engajamento da sociedade civil: o Terceiro Setor

Infelizmente o processo de transformação da sociedade, iniciado com a Revolução Industrial e acelerado com a globalização, não trouxe a inclusão

planetária, como prometeram alguns, mas sim a exclusão de uma grande maioria. Com isso, novos valores começam a ser inseridos no cenário mundial: direitos humanos, democracia e preservação ambiental.

Diante dessa realidade complexa e muitas vezes conflituosa, desenvolve-se um processo de amadurecimento e engajamento da sociedade civil ao redor do mundo, culminando numa maior consciência social, fruto do maior acesso à informação e da troca constante de experiências. A sociedade civil torna-se cada vez mais atuante, contribuindo para o surgimento de uma nova força social, emergindo entre o setor público e o privado, denominada Terceiro Setor, resultante da sociedade civil organizada.

As organizações do Terceiro Setor prestam serviços públicos, produzem e comercializam bens e serviços, mas não são estatais e não visam apenas ao lucro. À frente desses empreendimentos do Terceiro Setor vêm os empreendedores sociais, movidos pela paixão e busca de novos paradigmas, que têm na sociedade o seu principal foco, promovendo parcerias e alianças entre comunidade, governo e setor privado.

Muitas vezes os outros setores (primeiro e segundo), focando em interesses imediatos como lucro e pressões políticas, não percebem ou fecham seus olhos para o fato de que o crescimento econômico só está completo quando realizado com compromisso social. Kisil (2005) definiu esse conceito como “desenvolvimento integrado” explicando que o desenvolvimento não pode ser concebido apenas com o crescimento econômico. Melo Neto e Fróes (2002) acreditam que é urgente a construção de um novo desenvolvimento, visualizando a sociedade em primeiro lugar para, em seguida, viabilizar o desenvolvimento político, cultural e econômico. Para os autores, trata-se de um modelo de desenvolvimento comunitário sustentado e integrado, cujas principais características são:

- desenvolvimento de dentro para fora, onde o foco é o indivíduo, seu valor e sua capacidade para inovar, transformar e empreender;
- desenvolvimento de baixo para cima a partir da mobilização das pessoas que vivem numa comunidade;
- tem como referência os potenciais inerentes a cada pessoa, comunidade, grupo humano ou nação;
- é centrado nas pessoas e nos grupos sociais e os vê como os únicos sujeitos legítimos do desenvolvimento;

- baseia-se nos valores da cooperação, da partilha, da reciprocidade, da complementaridade e da solidariedade;
- seus principais ativos são as qualidades humanas e os recursos materiais e naturais disponíveis na região (MELO NETO e FRÓES, 2002, p.4,5).

Não é possível deixar de citar Bill Drayton, fundador e presidente da Ashoka¹ e responsável pela criação do termo Empreendedor Social. A Ashoka é uma organização mundial, sem fins lucrativos, pioneira no campo da inovação social. Trabalha e apoia os empreendedores sociais – pessoas com ideias criativas e inovadoras capazes de provocar transformações com amplo impacto social. Presente em mais de 60 países e criada na Índia em 1980, a Ashoka trabalha com diferentes públicos comprometidos com a mudança do mundo. Além de uma rede ampla de empreendedores sociais, a Ashoka promove protagonismo, transformação e empatia em diversas esferas na sociedade. Bill Drayton entende que a função do empreendedor social é reconhecer quando uma parte da sociedade está bloqueada e apresentar novos procedimentos para desbloqueá-la, resolvendo o problema com a mudança do sistema, difundindo a solução e convencendo sociedades inteiras a dar novos saltos.

Aqui no Brasil temos a Artemísia,² criada em 2004, uma empresa que busca formar empreendedores sociais, acreditando que pode unir negócios a ações comunitárias, gerando assim lucro e melhorias para a sociedade. Da mesma forma, o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB),³ uma instituição brasileira do Terceiro Setor dedicada a formar e capacitar pessoas, bem como fortalecer organizações nas áreas de manejo dos recursos naturais, gestão ambiental e territorial e outros temas relacionados à sustentabilidade. O IEB atua em rede, busca parcerias e promove situações de interação e intercâmbio entre organizações da sociedade civil, associações comunitárias, instâncias de governo e do setor privado. Como uma organização de ações educativas, incorpora os saberes de parceiros, as diferentes culturas e as técnicas populares.

¹ Cf. <<http://www.ashoka.org.br/empreendedor-social/quem-e/>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

² Cf. <<http://artemisia.org.br/conteudo/negocios/nosso-conceito.aspx>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

³ Cf. <<http://www.iieb.org.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

Com sede aqui no Rio de Janeiro temos a organização Viva Rio,⁴ comprometida com a pesquisa, o trabalho de campo e a formulação de políticas públicas com o objetivo de promover a cultura de paz e a inclusão social. A instituição foi fundada em dezembro de 1993 por representantes de vários setores da sociedade civil, como resposta à crescente violência que assolava o Rio de Janeiro. Suas competências são: trabalhar em comunidades expostas aos riscos da violência; aplicar soluções inovadoras para problemas sociais e ambientais em contextos vulneráveis; mediar conflitos e agir de maneira integradora. Atua nas áreas de segurança, saúde, meio ambiente, educação, arte e esporte, e vem desenvolvendo ações e projetos como: Jovem Aprendiz, Aceleração Escolar, Brinquedotecas e Criança Esperança.

Para que ocorra desenvolvimento social, é importante a presença dessas organizações em nível local. Todas elas convergem para um foco comum: o bem-estar social. Começamos então a dissociar a sensação de bem-estar da aquisição de novos produtos, como foi definido no início do capítulo, conceito iniciado na Revolução Industrial, almejado por tantos, mas conquistado por muito poucos. Segundo Manzini (2008), uma sociedade interconectada e globalizada não consegue lidar durante muito tempo com uma situação em que apenas 20% (ou menos) da população dispõem do prometido bem-estar, enquanto os 80% restantes são forçados a observar, sem uma possibilidade real de inclusão.

Apesar de o objetivo principal do empreendedorismo social convergir para esse foco comum, suas origens e formas estruturais são muito heterogêneas. O autor Jacques Marcovitch (2005) ressalva ainda que a criação de associações de interesse público, de redes de cooperação e de programas sociais no âmbito de empresas e universidades é indicador de maturidade política e cultural. No Apêndice 1 são apresentadas algumas formas de organização e possíveis caminhos para a formação de empreendimentos sociais.

As práticas de empreendedorismo social promovem uma cultura de mediação nos contextos de intervenção social, transformando conflitos em momentos de aprendizagem e problemas sociais em oportunidades, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de paz, construída a partir do respeito pela

⁴ Cf. < <http://vivario.org.br/quem-somos-2/> >. Acesso em: 05 mar. 2015.

diversidade e no exercício de uma cidadania ativa. Conjetura-se uma atitude de mudança inovadora, voltada para o desenvolvimento sustentável das comunidades e para a construção de novas formas de organização (MELO NETO e FRÓES, 2002).

2.1 Desenvolvimento social sustentável

Comunidades autossustentáveis

O termo sustentabilidade ganhou grande visibilidade nas décadas de 1960 e 1970, originando-se no debate ecológico. Logo depois desse período, começou a ser usado também na área social, mais especificamente como desenvolvimento social sustentável. O desenvolvimento social sustentável é, portanto, a capacidade de sustentação gerada pela sociedade em seu próprio benefício, tendo como foco principal o bem-estar social. Aqui o termo ‘bem-estar’ já tem o seu sentido completamente alterado, quando o indivíduo percebe que esse tipo de satisfação pessoal não pode ser mais importante que o cuidado com todos que o cercam.

São vários os benefícios gerados a partir do processo de desenvolvimento social sustentável, incluindo a mudança de posição dos agentes comunitários que deixam de representar apenas uma mão de obra barata para assumirem a posição de proprietários e gestores dos empreendimentos.

Para Melo Neto e Fróes (2002), sob uma visão política, o conceito de sustentabilidade está intimamente ligado à capacidade de sustentação. É impensável falar de empreendedorismo social sem levar esse conceito em consideração. Dessa forma, afirmam existir duas pré-condições para o desenvolvimento da sustentabilidade: “a capacidade natural de suporte (recursos naturais existentes) e a capacidade de sustentação - atividades sociais, políticas e econômicas geradas pela própria sociedade em seu próprio benefício” (MELO NETO e FROES, 2002, p.105).

Os autores acreditam que o caminho para a autossustentabilidade será atingido por meio do empreendedorismo social, novas estratégias de inserção social e sustentabilidade.

A tarefa não é fácil. É preciso mudar completamente. Criar um novo paradigma. Tem-se que mudar o atual modelo de desenvolvimento. Este que aí está, considerado uma perspectiva

global dos países atuais, é excludente, hegemônico, perverso. O atual modelo de desenvolvimento escravizado ferreamente ao econômico poderá ser, de maneira gradativa, substituído pelo negócio social entendido como a síntese concreta dos interesses da coletividade. A trajetória preconizada para o empreendedorismo vai do privado ao político-institucional, passando pelo social e pelo cívico. Respeitam-se os degraus da evolução do processo; mas, desde logo, são refugados o individualismo, o paternalismo e outros ismos que solapam o crescimento individual e comunitário do ser humano, assim como as relações da família humana com o Planeta “nossa casa”. (MELO NETO e FRÓES, 2002, p.4).

Kisil (2005) defende a tese de que muitos grupos estão desenvolvendo independentemente estratégias similares para o desenvolvimento sustentável. Essas experiências apresentam um elemento comum: indivíduos e organizações locais são capazes de iniciar e manter o desenvolvimento de sua própria comunidade. Está sendo construída uma teoria do desenvolvimento com base em comunidades e de origem popular. Uma crescente coleção de literatura sobre as vantagens e necessidades do desenvolvimento de baixo para cima nos mostra os sucessos dessa abordagem e as dificuldades para expandir tais esforços.

Mas, apesar dessas dificuldades, o empreendedorismo social pode preencher as lacunas que os mercados tradicionais e o governo falham, apontando ainda novas oportunidades mercadológicas, possibilitando dessa forma a formação de um novo modelo de desenvolvimento: um desenvolvimento humano, social e sustentável.

Resumindo o que foi dito até agora, considera-se que o desenvolvimento social sustentável só será possível a partir da formação de comunidades autossustentáveis, por meio de práticas de empreendedorismo social. Manzini (2008) afirma que essa tendência já está se verificando e cita grupos de pessoas que foram capazes de dar vida a soluções inovadoras. Considerando a capacidade de reorganizar elementos já existentes em novas e significativas combinações que ele denomina criatividade e define esses grupos como: comunidades criativas. “Estas estabelecem ligações, mais ou menos fortes e explícitas, com modos de fazer e pensar próprios das culturas pré-industriais” (MANZINI, 2008, p.64). Para ele, é importante ainda que haja participação ativa que se traduza em novas formas de comunidade e serviços colaborativos. Apenas dessa forma haverá uma mudança no conceito de bem-estar social, dissociado do consumo de produtos e

serviços materiais e mais próximo da cultura, do espírito e da relação com o ambiente em que vivemos.

2.2 Empreendedorismo social e Design

Para relacionar o design ao empreendedorismo social, assumo os preceitos de Manzini (2008) que aponta de que forma o designer pode contribuir para esse processo, promovendo e favorecendo a formação dos “processos de participação” citados por Melo Neto e Fróes (2002). Quando Manzini (2008, p.64) se refere a “modos de fazer e pensar próprios das culturas pré-industriais” inclui o artesanato, técnica que iremos explicar e relacionar ao design e ao empreendedorismo social (ou comunidades criativas). Vale lembrar que o conceito de sustentabilidade sempre esteve aliado ao processo artesanal: utilização de matérias-primas locais em um modo de fazer tradicional, passado de geração a geração, respeitando o meio ambiente. Assim tudo aponta para a possibilidade da formação de cidadãos comprometidos com a ética e a responsabilidade social.

A importância do Artesanato

Segundo a Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), artesanato são produtos confeccionados por artesãos, seja totalmente a mão, seja com uso de ferramentas ou até mesmo por meios mecânicos, desde que a contribuição direta manual do artesão permaneça como o componente mais substancial do produto acabado. Essas peças são produzidas sem restrição em termos de quantidade e com uso de matérias-primas de recursos sustentáveis. A natureza especial dos produtos artesanais deriva de suas características distintas, que podem ser utilitárias, estéticas, artísticas, criativas, de caráter cultural e simbólicas e significativas do ponto de vista social (DINIZ, 2013).

Dentre as várias características que o produto artesanal possui, vale ressaltar em primeiro lugar a priorização da mão de obra humana na manufatura de produtos: por que usar máquinas para executar certos trabalhos se hoje temos um problema grave de desemprego no mundo?

Uma questão sobre a qual precisamos de tempo para refletir diz respeito ao enorme número de pessoas que temos no mundo. A população do planeta dobrou na minha geração – algo que nunca

tinha acontecido antes a uma geração. Você e eu somos os primeiros seres humanos que precisaram se ajustar a uma explosão dessa grandeza. E, no entanto, insistimos na busca de equipamentos e serviços para “poupar mão de obra” – utilizando a tecnologia como o meio (THAKCARA, 2008, p.17).

Jeremy Rifkin fez, em 2005, uma análise sobre as transformações que estão acontecendo no mercado de trabalho neste século. Ele previu: “por volta do ano 2020, haverá uma eliminação virtual do trabalhador da indústria no mundo inteiro. Menos de 2% da força de trabalho deste planeta estará na indústria” (RIFKIN, 2005, p.14). Ele exemplifica ainda que a indústria têxtil, por ser intensiva em mão de obra, é responsável pelo crescimento de países em vias de desenvolvimento da Ásia e da América do Sul e que talvez em apenas cinco anos, o processo de costurar uma peça será automatizado. E questiona o que vai acontecer a esses países depois que os Estados Unidos automatizarem os processos de costura de uma peça de roupa. Mas estamos em 2016 e será que isso realmente vai acontecer?

Trabalhando no setor de moda há vinte anos e acompanhando de perto o mercado, percebo que o setor continuará a ser intensivo em mão de obra por muitos e muitos anos. O que precisamos questionar são quais as condições de trabalho oferecidas a essas pessoas? Concordo com o autor a respeito da crescente terceirização do setor que gera a informalidade e conseqüentemente uma instabilidade política e social. Ele ainda deixa duas perguntas para reflexão: que fazer com milhões de pessoas, em cada país que, dia a dia, são mais (ou completamente) desnecessárias numa economia cada vez mais global e automatizada? E ainda: como começar um debate sobre o meio de dividir melhor o enorme potencial de produtividade dessa tecnologia, de forma a beneficiar não somente uma pequena elite, mas a sociedade inteira?

Uma pesquisa realizada na cidade de São Paulo pelo Núcleo de Ação e Pesquisa em Economia e Solidariedade – NAPES -, com o apoio do Fundo de Miniprojetos da Fundação Unital Trabalho e da Central Única dos Trabalhadores – CUT – identificou 41 empreendimentos comunitários, com 13 pessoas em média em cada grupo. Quanto à atividade econômica são: 37% oficinas de costura e de trabalho com tecido, 19% artesanato, 15% alimentação e 10% coleta seletiva de lixo (MELO NETO e FRÓES, p.73, 74).

Utilizo esses dados para fortalecer a minha opinião de que a mecanização não é o futuro da manufatura de peças de vestuário e que esse é um setor propício à formação de empreendimentos comunitários que utilizam a costura ou os trabalhos artesanais.

Não conseguiríamos mais viver sem algumas facilidades que a mecanização nos proporciona. Mas acredito que elas devem ser usadas como um facilitador de processos e não como uma ameaça social.

É preciso pensar em um design mais engajado política e socialmente, desligando-se de um desenvolvimento contaminado pelo cotidiano. Esse novo design deve ir além do tecnicismo e do mercado de produção em massa viabilizando novos princípios para a consolidação de uma outra forma de produção.

Com um novo conceito de inclusão social, o artesanato, a partir do início deste século, ressurge como uma importante função laboral e ocupacional, criando oportunidades para que excluídos do mercado de trabalho formal criem novas ocupações para a geração de renda, vendo na produção artesanal um vetor de desenvolvimento local.

Além de uma possível solução para a crise do trabalho tradicional devido a sua característica de atividade intensiva em mão de obra, a segunda característica que levanto aqui é a importância do artesanato na concretização da manifestação da cultura material de um povo, surgindo como oposição à tendência de massificação cultural característica do processo de globalização.

Como definiu José Bernardo Toro (2005), a “democracia cultural” se torna possível graças às contribuições do Terceiro Setor. Ela trará condições para que todos os diferentes sentidos e símbolos da diversidade social possam competir e circular em igualdade de condições. A cultura local não pode estar apenas concentrada na manifestação de uma elite. Toda a população tem o direito de se manifestar culturalmente e o enriquecimento desta se fará com a união e a integração de todos.

Sobre essa questão, Thakara (2008) defende que uma dificuldade das políticas culturais hoje é como construir sociedades com projetos democráticos compartilhados por todos sem que igualem todos, em que a desagregação valorize a diversidade, e as desigualdades (entre classes, etnias ou grupos) se reduzam a

diferenças. “Quando pessoas na periferia, ideias e organizações periféricas são combinadas, isso costuma resultar em algo interessante e valioso” (THAKARA, 2008, p.267). Ele acredita ainda que o designer possa utilizar essa diferença cultural, de local e de tempo de forma positiva e não como obstáculo.

Relação histórica entre o artesanato e o design

Importante, então, entrelaçar o artesanato, a cultura material e o design. Essa relação facilitará não só a trilhar o caminho para a formação de sociedades autossustentáveis, mas também a salvaguardar comunidades, seus indivíduos e valores simbólicos intrínsecos do artesanato tradicional que exprimem a identidade de um povo.

A relação entre o design e o artesanato sempre existiu, mas em alguns momentos houve conflitos. Devido à carência de análise teórica da prática do design, inicialmente essa atividade ficou intimamente ligada à mecanização e à produção industrial, como se não fosse possível uma ligação entre produção industrial e produção artesanal.

Mas esse pensamento foi desde o início questionado e surgiram alguns movimentos com ideologias opostas a essa, como o *Arts and Crafts*, influenciado por John Ruskin e Wiliam Morris na Inglaterra, na segunda metade do século XIX. Esse movimento baseava-se na valorização do trabalho artesanal, opondo-se à mecanização, e foi o disparador do pensamento social para o design. Morris afirmava que um não anulava o outro, mas, ao contrário, propunha a união entre o artesão e o designer, aprimorando-se assim a qualidade do produto final e solidificando um pensamento de design social, em que o artista manual não perderia seu espaço no mundo industrial (PEVSNER, 2002, apud DINIZ, 2013). Ruskin afirmava que ação e pensamento deveriam caminhar lado a lado e defendia que as metodologias de ensino deveriam ser baseadas nas práticas herdadas dos artesãos.

Essa ideia foi colocada em prática por Walter Gropius, no período em que foi diretor da Bauhaus. Gropius pretendia acabar com a distância entre o artista e o artesão e propunha que os alunos tivessem a dupla formação tendo aulas com artistas e artesãos paralelamente.

Aqui no Brasil, em meados do século XX, o pensamento e as ações do designer Aloísio Magalhães foram de grande importância. Magalhães defendeu o artesanato e outras manifestações culturais populares brasileiras e reivindicou sua inclusão tanto nas políticas de desenvolvimento nacional como nas políticas culturais do país, elaborando programas e projetos voltados para essa questão. Ele pretendia responder às críticas que o design brasileiro sofria na época (de 1930 a 1950), de falta de identidade. Magalhães acreditava que o povo (entendido como o conjunto de diversos segmentos sociais e comunidades locais que compõem a sociedade) possibilitaria a dinâmica viva da produção cultural brasileira, produzindo bens culturais, que garantiriam a sua autenticidade (CABRAL, 2007).

Victor Papanek, designer e educador, foi autor de alguns livros que na década de 1970 divulgaram a importância dessa relação entre design e artesanato, com forte preocupação com a questão social e com o meio ambiente. Papanek convocava os designers a usarem uma abordagem mais solidária, encorajados a abandonar a política de design pelo lucro e a utilizar o projeto como uma ferramenta a favor do homem para moldar produtos e ambientes.

O Design Social e o processo de cooperação

O design, com suas características híbridas, tem cada vez se associado mais à resolução de problemas sociais. Desde o seu surgimento, o design é transformado e transforma o contexto social de cada época. As teorias e práticas do design têm mudado as orientações projetuais, ultrapassando as fronteiras tradicionais do projeto orientado ao produto, em busca de novos modelos de atuação com enfoque na melhoria dos fatores humanos, ambientais e econômicos. O designer é capaz de modificar o ambiente e transformar a relação dele com o indivíduo diante de suas necessidades concretas.

A experiência da PUC-Rio com o Design Social mostra-nos essa relação de transformação do ambiente em relação às reais necessidades dos indivíduos. O contexto projetual muda de uma abstração imaginada para um “cenário vivo” promovendo o confronto dos alunos com interesses e necessidades reais das pessoas, com o olhar para além dos muros da universidade, trazendo como resultado projetos mais humanizados e mais complexos, em que os usuários fazem parte do processo de concepção dos produtos. Com essa prática, o design social

cria uma nova lógica de projetar, construída pouco a pouco, com uma contínua participação dos indivíduos que expressam seus desejos e necessidades. Muitas vezes esses projetos caminham na contramão dos meios de produção, quer pela multiplicidade de processos produtivos envolvidos quer porque seguem uma lógica de produção muito diferente dos meios existentes, tendo como prioridade a lógica do usuário.

A questão social sempre esteve presente desde o início da formação do design, mostrando ao designer que o caminho deve ser regido pela lógica do usuário ao invés da lógica da produção. Esse é o conceito clássico do design social, que hoje assume um papel ainda mais importante dentro de um contexto político e econômico: a inclusão social.

O designer pode ser o agente que promove essa inclusão social, valorizando o papel do artesão na produção e na concepção de objetos com forte valor cultural. Segundo Couto (1991), o design é basicamente um processo de interação social e, como tal, não é socialmente neutro, sendo influenciado por interesses dos participantes do seu processo.

Couto (1991) acredita ainda que o designer não projeta sozinho, mas ajuda a distribuir conhecimento para que a população possa produzir, ela mesma, as coisas de que necessita. Essa estrutura de trabalho faz parte de uma visão multidisciplinar e colaborativa, na qual a autoria não é apenas do designer, mas sim de todos os envolvidos no processo de produção, sendo um exemplo claro de processo coletivo colaborativo em que não há uma liderança, portanto, trata-se de uma parceria ou co-design.

Sistemas complexos são moldados por todas as pessoas que os utilizam e, nessa nova era de inovação colaborativa, os designers estão tendo de evoluir de autores individuais de objetos, ou construções, a facilitadores de mudanças entre grandes grupos de pessoas. Dito isso, os desafios e oportunidades diante de nós não serão solucionados só por designers atuando sozinhos em nosso benefício. Os dias de designer solitário e brilhante estão contados. Nós enchemos o mundo de complexos sistemas técnicos, de forma que o design de cima para baixo e de fora para dentro simplesmente não tem mais como funcionar. Sistemas complexos são moldados por todas as pessoas que os utilizam – não apenas pelos designers. Isso significa que profissionais do design devem evoluir de criadores de objetos, ou construções, para agentes capacitadores da mudança envolvendo grandes grupos de pessoas (THACKARA, 2008, p. 26).

O compromisso social é a mola que movimenta os designers a atuarem junto a grupos comunitários operativos ou comunidades criativas para agirem cooperativamente, buscando soluções para determinados problemas da atualidade. Funcionando como armas eficazes para o objetivo de inclusão social.

As organizações colaborativas podem possuir diversificados objetivos e atores, mas apresentam um traço comum fundamental: todas são constituídas por grupos de indivíduos que colaboram entre si na cocriação de valores comumente reconhecidos e compartilhados. Por essa razão, as chamamos, em seu conjunto, de organizações colaborativas: iniciativas de produção e serviço baseadas em relações colaborativas entre pares e, conseqüentemente, num alto grau de confiança mútua. Produção e serviços onde os valores produzidos emergem das qualidades relacionais que possuem, isto é, da existência de relações interpessoais verdadeiras entre os envolvidos (CIPOLLA, 2004 apud MANZINI, 2008, p.71).

Para Sennett, a cooperação azeita a máquina de concretização das coisas e essa colaboração será capaz de compensar o que nos falta individualmente. Mas na prática a cooperação com pessoas diferentes de nós pode tornar-se um grande esforço. “A cooperação como uma habilidade requer a capacidade de entender e mostrar-se receptivo ao outro para agir em conjunto, mas o processo é espinhoso, cheio de dificuldades e ambiguidades” (SENNETT, 2013, p.10). Esse esforço será um grande desafio para os designers que se lançarem nessas ações junto a grupos de artesãos. Com certeza o designer irá se deparar com pessoas e realidades muito diferentes da sua, mas, apesar de espinhoso, esse encontro poderá ser muito enriquecedor.

Melo Neto e Fróes (2002) defendem que as ideias, conceitos e metodologias do empreendedor social (aqui podemos considerar tanto o empreendedor social quanto o designer) não são objetos autorais, registro de propriedade material e intelectual, elas devem ser divulgadas, multiplicadas e reaplicadas.

O design estratégico

Manzini (2008, p.13-15) afirma que:

[...] a sustentabilidade deveria ser a meta-objetivo de todas as pesquisas em design, mas como esse objetivo ainda não foi atingido, continuamos a usar a expressão “design para a sustentabilidade”. Em síntese, o design para a sustentabilidade é o design estratégico capaz de colocar em ato descontinuidades locais promissoras, contribuindo para efetivas mudanças sistêmicas. [...] Para isso, devemos experimentar novas

possibilidades e romper com esses processos dominantes de produção e consumo.

Manzini considera a inovação social como um dos propulsores da pesquisa em design para a sustentabilidade e nos lembra ainda que a principal função do designer é melhorar a qualidade do mundo e não apenas a estética dos produtos. Manzini vê, através do design estratégico, o designer como um agente responsável pelas mudanças. Deve parar de desperdiçar sua criatividade e habilidade metodológica em projetos insustentáveis e individualistas e utilizá-las de forma benevolente e sustentável. Por essas características, o designer é o profissional mais indicado para transformar comunidades comuns em comunidades criativas e torná-las autossustentáveis.

Mas como e por que o designer é o profissional mais indicado? O designer pode oferecer novas soluções para problemas e propor novos cenários como tema em processos de discussão social. As habilidades do designer e seu modo de agir criativamente são características fundamentais para o homem contemporâneo. Por meio dessas habilidades e dessa criatividade, o homem poderá achar alternativas inovadoras e colaborativas consideradas também como passos promissores rumo à sustentabilidade. “O designer será capaz de projetar uma nova geração de artefatos que sejam ao mesmo tempo apreciados pelos potenciais usuários e capazes de regenerar a qualidade do contexto onde se encontram” (MANZINI, 2008, p.57).

Manzini (2008) acredita que as comunidades criativas podem, por sua criatividade, procurar um possível caminho para quebrar os modelos dominantes de pensar e fazer e, com isso, conscientemente ou não, gerar discontinuidades locais, promovendo a inovação social. Esta se configura na mudança de comportamento de uma comunidade, que normalmente surge por meio de processos organizacionais e colaborativos “de baixo para cima”, para resolver problemas e criar novas oportunidades.

Ainda segundo o autor:

[...] as comunidades criativas podem evoluir para um empreendimento social difuso quando se consolida como uma forma de organização madura. Elas podem representar um embrião de organizações capazes de permanecer por muitos anos e se propagarem em novos contextos. Eles se diferem do empreendedorismo social tradicional concentrando-se em problemas comuns do cotidiano estendendo o conceito do social

em um “local” onde os indivíduos se concentram para enfrentarem juntos as dificuldades comuns da vida cotidiana, enquanto que os empreendimentos sociais se ocupam em resolver problemas sociais críticos (MANZINI, 2008, p.68).

Mas como encorajar a produção local sem ser esmagado pelo poder dos mecanismos de comércio global? Fica difícil pensar nessa transição em uma sociedade que hoje vive imersa no crescimento da produção e na valorização do consumo como condições normais de sobrevivência. Mas esse é apenas o ponto de partida de uma estratégia rumo à sustentabilidade. O que precisa acontecer é uma mudança na base do complexo sistema (social, econômico e político) da sociedade industrial. Não podemos prever se, quando e como isso acontecerá, mas sabemos que será em um futuro ainda bem distante. Infelizmente o sistema sócio-político-econômico de nossa sociedade ainda é regido pelo mercado e pelos modelos de desenvolvimento de base econômica e continuam a caminhar no sentido oposto da sustentabilidade.

Uma abordagem de baixo para cima para uma propagação do local para o global

Vimos que comunidades criativas podem evoluir ou não para empreendimentos sociais difusos e que representam, antes de tudo, casos socialmente interessantes. Eles poderão, ou não, representar soluções para a crise do trabalho tradicional e para a sociedade, fortalecendo ainda a cultura local, temas discutidos aqui. Mas o ponto mais importante é que são essas comunidades criativas que podem reorientar para um novo estilo de vida sustentável, um número cada vez maior de pessoas potencializando o caminho para essa mudança de paradigma sugerida, qual seja a substituição do modelo atual de desenvolvimento econômico para o modelo social.

Até aqui entendemos o contexto mais abrangente desse trabalho. Em um primeiro momento pode parecer amplo demais e talvez intangível. Entretanto, o mais fascinante desse tema é que cada um de nós pode participar e contribuir de maneira diferente. Não precisamos de grandes ações para promover mudanças, podemos começar com ideias e atividades que ajudem a melhorar a qualidade de vida de um número limitado de pessoas. Essas ações, se forem elaboradas de forma assertiva, podem representar grandes mudanças para essas comunidades

específicas, e a propagação dessas ideias, mesmo que em passos lentos, pode estender as oportunidades de mudança a um número maior de cidadãos. Afetando indivíduos e organizações em nível local, afetará também todos os sistemas sociais de um país ou de uma sociedade específica.

“Para haver uma descontinuidade sistêmica em escala macro é preciso que ela seja precedida de muitas descontinuidades locais, isto é, mudanças radicais em escala local” (MANZINI, 2008, p.19).

Segundo Kisil (2005), no nível da comunidade, a solução de um processo específico em qualquer campo de interesse abre oportunidades para se mobilizar a sociedade local, unindo, desse modo, os recursos que, bem gerenciados, podem ser a semente para novos empreendimentos.

Essa relação entre design e artesanato pode acontecer na prática por intermédio de ONGs, empresas, iniciativas governamentais, organizações que incentivam empreendimentos sociais e atividades extensionistas das universidades. Além de incentivarem essa integração entre o artesanato e o design essas universidades promovem a inovação social e dão a seus alunos de graduação e pós-graduação a oportunidade de praticarem o ato de projetar de forma interdisciplinar por meio da coletividade.

Desenvolver ações de design exercidas de uma maneira mais coletiva e colaborativa faz parte do papel estratégico do design para inovação e inclusão sociais.

Segundo Manzini:

[...] gerar uma nova ideia, adaptar e gerenciar criativamente uma existência, ou mesmo simplesmente participar ativamente de uma iniciativa em andamento, exige um grande comprometimento em termos de tempo e de dedicação pessoal. Ainda que esse aspecto quase heroico seja exatamente uma das características mais atraentes destas iniciativas, é também um limite objetivo para sua existência em longo prazo e para sua possibilidade de ser replicada e adotada por muitos (MANZINI, 2008, p.84).

No próximo capítulo serão analisados alguns exemplos de grupos de artesãos onde a presença do design agregou diferencial às técnicas e aos produtos desenvolvidos.